

Senado quer reforma-relâmpago

■ Alterações no regimento deixam oposição revoltada

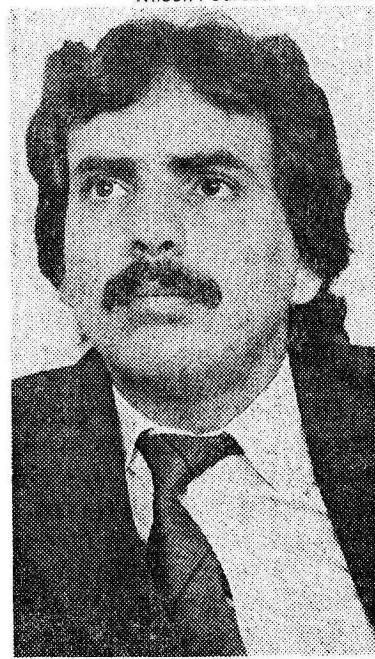
SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O Senado vai mudar seu regimento interno para reduzir de 50 para apenas 19 dias a votação das reformas constitucionais. Na próxima segunda-feira, os líderes do PFL, PMDB e PSDB tentarão aprovar em plenário um projeto de resolução autorizando a redução dos prazos de tramitação das reformas, tanto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) — que vota a constitucionalidade das emendas — quanto em plenário. "Se a maioria é favorável à aprovação das emendas, vamos apressá-las", anunciou o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE).

Se o regimento for modificado, será antecipada para terça-feira a votação em plenário do projeto que acaba com o monopólio das companhias estaduais na distribuição do gás canalizado. O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, ontem, foi lido no plenário. Mas, pelo atual regimento, ele só poderia ser votado se nenhum senador apresentar proposta para modificá-lo. Caso contrário, a emenda teria que retornar ao exame da CCJ. "Por isso é importante encurtar os prazos", explicou o líder do governo, Élcio Álvares (PFL-ES).

A reação à redução dos prazos foi imediata. O líder do PSB no Senado, Ademir Andrade (PA), anunciou que vai ingressar no Supremo Tribunal Federal, "se o regimento for contrariado". Ademir acha que se for para votar reforma constitucional "na correria e sem mudanças, é melhor eco-

Wilson Pedrosa — 15/12/87



"É melhor economizar dinheiro e saliva e acabar com o Senado"

Ademir Andrade (PSB-PA)

Wilson Besnosik — 3/9/86



"Por que não colocam logo essas emendas num foguete?"

Josaphat Marinho (PFL-BA)

nomizar dinheiro, papel e saliva e acabar com o Senado".

Também o constitucionalista Josaphat Marinho (PFL-BA) protestou: "Por que não colocam logo essas emendas num foguete?". Uma reunião dos pequenos partidos no Senado foi convocada para segunda-feira. Serão convidados senadores do PMDB e do PFL descontentes com a pressa na votação das reformas.

Se as mudanças no regimento não forem aprovadas, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), terá que prorrogar os trabalhos por mais cinco ou 10 dias no recesso do julho, até con-

cluir a votação das quatro emendas que já chegaram ao Senado — gás canalizado, fim dos privilégios da empresa nacional e abertura ao capital estrangeiro da navegação de cabotagem e telecomunicações.

O risco de os trabalhos *comerem* parte das férias de julho é o principal argumento utilizado pelo presidente do Senado, José Sarney (AP), para convencer os senadores a aprovar a mudança de regimento. "Todos nós queremos o recesso, mas se não acelerarmos as votações, ficaremos aqui para votar", ameaçou Sarney.